

Gabaritei Vespera

JUNDIAÍ
PREFEITURA



COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS



1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão e a interpretação de textos constituem o núcleo central das provas de Língua Portuguesa em concursos públicos. Independentemente do cargo ou da banca examinadora, é praticamente certo que o candidato será avaliado quanto à sua capacidade de entender, analisar e extrair sentidos de textos de diferentes gêneros.

Mais do que decorar regras gramaticais, interpretar textos exige leitura atenta, raciocínio lógico, domínio vocabular e percepção do contexto.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma base teórica sólida, aliada a estratégias práticas, para que você saiba **como** ler o texto em prova e **como** responder às questões com segurança.

1.2 TEXTO, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Antes de avançarmos, é fundamental distinguir dois conceitos que aparecem com frequência nas questões: compreensão e interpretação.

A **compreensão** está relacionada ao sentido literal e explícito do texto. Trata-se daquilo que o autor efetivamente disse, sem exigir inferências profundas. Em linhas gerais, compreender é responder à pergunta: “O que o texto diz?”

Exemplos de questões de compreensão
Identificação de informações expressas no texto
Reconhecimento do tema
Localização de ideias principais e secundárias
Relações básicas de causa e consequência explícitas

A **interpretação**, por sua vez, vai além do que está escrito de forma direta. Ela exige que o leitor relacione informações, faça inferências, perceba implícitos, intenções do autor, efeitos de sentido e valores ideológicos. Interpretar é responder à pergunta: “O que o texto quer dizer?”

Exemplos de questões de interpretação
Inferência de informações não expressas
Identificação da intenção comunicativa do autor
Análise de ironia, crítica ou posicionamento
Relação do texto com conhecimentos de mundo



Dica: toda interpretação depende de uma boa compreensão. Quem não compreende bem o texto dificilmente interpreta

1.3 GÊNEROS TEXTUAIS

Os **gêneros textuais** são formas relativamente estáveis de comunicação, utilizadas em situações reais do cotidiano. Cada gênero possui **finalidade comunicativa, estrutura e linguagem** próprias.

Em concursos, é comum a cobrança de textos de gêneros variados, tais como:

- Texto jornalístico (reportagem, notícia, artigo de opinião);
- Texto literário (conto, crônica, poema);
- Texto publicitário;
- Texto instrucional ou normativo;
- Texto científico ou informativo;
- Charges, tirinhas e cartuns.



Atenção: a banca não costuma perguntar apenas qual é o gênero, mas explora **como o gênero influencia a construção do sentido**.

1.4 ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PROVAS

Ler um texto em prova não é o mesmo que ler por prazer. É uma leitura ativa, estratégica e orientada pela questão.

Na **primeira leitura**, o objetivo é captar:

- O tema central;
- O gênero textual;
- A finalidade do texto;
- O posicionamento geral do autor.

Evite, nesse momento, prender-se a palavras desconhecidas. O foco é o sentido global.

Na **releitura**, o candidato deve:

- Identificar ideias principais de cada parágrafo;
- Observar conectivos e marcadores discursivos;

- Perceber relações de oposição, causa, consequência, explicação ou conclusão;
- Analisar escolhas vocabulares relevantes.

1.5 TEMA, IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS

O **tema** é o assunto geral abordado no texto. Normalmente é amplo e pode ser expresso por uma palavra ou expressão.

Exemplo: Texto sobre os impactos da tecnologia no mercado de trabalho.

Tema: tecnologia e trabalho.

A **ideia principal** é o recorte específico que o autor faz dentro do tema. Ela revela o **ponto central defendido**.

Já as **ideias secundárias** servem para:

- Explicar;
- Exemplificar;
- Justificar;
- Detalhar a ideia principal.



Dica: muitas questões erradas trazem ideias secundárias como se fossem o tema ou a tese central.

1.6 ARMADILHAS FREQUENTES EM QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO

As armadilhas de interpretação são estratégias recorrentes das bancas examinadoras para diferenciar o candidato que apenas lê do candidato que interpreta com método.

Em regra, as alternativas incorretas não são absurdas: elas parecem corretas à primeira vista, mas apresentam desvios sutis em relação ao texto.

A seguir, analisamos as armadilhas mais cobradas em concursos públicos.

1.6.1 EXTRAPOLAÇÃO DO TEXTO

Ocorre quando a alternativa **vai além do que o texto permite concluir**. A ideia até pode ser lógica ou aceitável no mundo real, mas **não está autorizada pelo texto**.

Tudo o que não estiver no texto — explícita ou implicitamente — deve ser descartado.

Exemplo típico de erro:

- Texto afirma que determinado fenômeno ocorre em alguns casos.
- Alternativa diz que ocorre sempre.



Atenção: cuidado com algumas palavras como: sempre, nunca, todo, nenhum, necessariamente.

1.6.2 CONTRADIÇÃO DO TEXTO

Aqui, a alternativa apresenta sentido **oposto** ao que o texto defende, muitas vezes por meio de:

- Negação indevida;
- Troca de polos argumentativos;
- Leitura apressada de conectivos adversativos.



Dica: se o texto defende uma tese A, qualquer alternativa que sustente não-A está errada.

NÚMEROS RACIONAIS



1.7 A IDEIA DE NÚMERO

A matemática nasce da necessidade de contar, medir, comparar e organizar quantidades. Ao longo da história, surgiram diferentes conjuntos numéricos para representar essas necessidades.

Entre eles, destacam-se os **números racionais**, que permitem representar partes de um todo, divisões exatas e valores decimais.

Compreender profundamente esse conjunto é essencial, pois ele é a base para praticamente todos os conteúdos posteriores.

1.8 O QUE SÃO NÚMEROS RACIONAIS?

Um número racional é todo número que pode ser escrito na forma:

$$\frac{a}{b} \text{ com } b \neq 0$$

Onde:

a é o numerador

b é o denominador

Exemplos:

$$\frac{3}{4}, \quad \frac{7}{2}, \quad -\frac{5}{3}$$

Também pertencem a esse conjunto:

0,25

1,8

2,333...

Todo número decimal finito ou periódico pode ser escrito como fração.

1.9 REPRESENTAÇÕES DOS NÚMEROS RACIONAIS

Os números racionais podem aparecer de duas formas principais:

Forma Fracionária

$$\frac{3}{5}, \frac{9}{4}, -\frac{2}{7}$$

Essa forma evidencia a ideia de divisão.

Forma Decimal

Existem dois tipos:

Decimal Exato (finito)

0,25

1,4

3,125

Possuem número limitado de casas decimais.

Decimal Periódico (infinito repetitivo)

0,333...

1,272727...

Apresentam repetição infinita de um padrão.

1.10 TRANSFORMAÇÃO ENTRE DECIMAL E FRAÇÃO

Aqui o objetivo é entender como e por que um número escrito com vírgula pode ser transformado em fração.

Antes de fazer contas, precisamos entender uma ideia fundamental:

Todo número decimal é uma forma de escrever uma fração cujo denominador é uma potência de 10.

Ou seja:

10, 100, 1000, 10000...

Isso acontece porque o nosso sistema de numeração é **decimal (base 10)**.

1.4.1 DECIMAL EXATO (FINITO)

Um decimal exato é aquele que possui **quantidade limitada de casas decimais**.

Exemplos:

0,4

0,75

2,36

5,125

Entendendo o que significa a vírgula

A vírgula indica que estamos dividindo a unidade em partes menores.

Observe:

- 0,4 → significa 4 décimos
- 0,75 → significa 75 centésimos
- 0,125 → significa 125 milésimos

Porque:

- 1 casa decimal → décimos → divisão por 10
- 2 casas decimais → centésimos → divisão por 100
- 3 casas decimais → milésimos → divisão por 1000

Isso acontece porque cada casa decimal representa uma divisão por 10.

Se um número possui **n casas decimais**, ele representa:

$$\frac{\text{número sem vírgula}}{10^n}$$

Exemplo 1: 0,75

Passo 1: contar as casas decimais

Tem 2 casas.

Passo 2: tirar a vírgula

Fica 75.

Passo 3: colocar no denominador $10^2 = 100$

$$0,75 = \frac{75}{100}$$

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO

A **Administração** é o campo do conhecimento responsável por estudar como organizar recursos e pessoas para alcançar objetivos de forma eficiente.

De maneira geral, administrar significa **planejar, organizar, dirigir e controlar recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais** para atingir metas previamente estabelecidas.

Um conceito bastante utilizado em concursos é o seguinte:

Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos para alcançar objetivos organizacionais.

Esses **quatro elementos formam o chamado processo administrativo**, considerado o núcleo da teoria administrativa.

Na prática, a Administração está presente em qualquer tipo de organização:

- empresas privadas
- órgãos públicos
- hospitais
- escolas
- ONGs
- forças de segurança
- tribunais
- ministérios

No setor público, a Administração também deve respeitar princípios constitucionais previstos no art. 37 da Constituição Federal, como:

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade
Publicidade
Eficiência

Lembre-se do mnemônico: LIMPE

Esses princípios orientam a atuação de todos os órgãos da administração pública.

1.2 O PROCESSO ADMINISTRATIVO

O processo administrativo representa o conjunto de funções exercidas pelos gestores para alcançar objetivos organizacionais.

A doutrina administrativa clássica identifica **quatro funções básicas**:

Função	Objetivo
Planejamento	Definir objetivos e estratégias
Organização	Estruturar recursos e atividades
Direção	Liderar pessoas e executar ações
Controle	Monitorar resultados e corrigir desvios

Essas funções formam um **ciclo contínuo de gestão**



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO E EVOLUÇÃO



1.1 CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública constitui um dos pilares do funcionamento do Estado moderno, sendo responsável pela execução das atividades voltadas à satisfação do interesse coletivo. Para compreender adequadamente o tema, é necessário distinguir duas dimensões fundamentais: a dimensão política (governo) e a dimensão administrativa (execução).

Em termos amplos, a Administração Pública pode ser entendida como o conjunto de atividades exercidas pelo Estado para a realização dos fins públicos, abrangendo tanto a formulação de políticas (função política) quanto sua execução (função administrativa). Contudo, para fins de estudo em concursos públicos, adota-se predominantemente o conceito em sentido estrito.

Nesse sentido, a Administração Pública corresponde à **atividade administrativa do Estado**, desempenhada por órgãos, entidades e agentes públicos, com o objetivo de executar políticas públicas e atender às necessidades da coletividade.

Sob o enfoque doutrinário, diversos autores apresentam definições convergentes. De forma sintética, pode-se afirmar que:

Administração Pública é o conjunto de órgãos, agentes e atividades voltados à realização concreta, direta e imediata dos interesses públicos.

Essa definição evidencia três elementos essenciais:

- **órgãos e entidades** (estrutura administrativa);
- **agentes públicos** (pessoas que atuam em nome do Estado);
- **atividade administrativa** (execução de serviços e políticas públicas).

Além disso, a Administração Pública está submetida a um regime jurídico próprio, denominado **regime jurídico-administrativo**, caracterizado por prerrogativas (como supremacia do interesse público) e sujeições (como legalidade estrita).

1.2 EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MODELOS ADMINISTRATIVOS

A Administração Pública não é estática. Ao longo da história, sofreu profundas transformações decorrentes de mudanças políticas, econômicas e sociais. Essas transformações deram origem aos chamados **modelos de Administração Pública**, que representam formas distintas de organização e gestão do Estado.

A doutrina identifica três modelos clássicos:

- Administração patrimonialista;
- Administração burocrática;
- Administração gerencial.

Importante destacar que esses modelos **não se sucedem de forma excludente**. Na prática, coexistem, sendo possível identificar características de todos eles na Administração contemporânea.

1.2.1 ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIALISTA

O modelo patrimonialista é o mais antigo e está associado ao período dos Estados absolutistas, especialmente entre os séculos XVII e XVIII. Nesse contexto, não havia distinção clara entre o patrimônio público e o patrimônio privado do governante.

A Administração Pública era concebida como extensão do poder do soberano. Os cargos públicos eram distribuídos com base em critérios pessoais, como confiança, parentesco ou interesses políticos, e não em mérito ou qualificação técnica.

Essa estrutura favorecia práticas como nepotismo, clientelismo e corrupção, uma vez que o Estado era utilizado para atender interesses particulares.

A ausência de profissionalização e de mecanismos de controle tornava a gestão pública ineficiente e desigual, com forte concentração de poder nas mãos de uma elite.

Características do patrimonialismo

Aspecto	Descrição
Natureza do Estado	Propriedade do governante
Critério de ocupação de cargos	Pessoal e político
Práticas comuns	Nepotismo, clientelismo
Controle	Inexistente ou precário
Interesse predominante	Privado

Mnemônico

“Pa-Ne-Cli”

- Patrimonialismo
- Nepotismo
- Clientelismo

1.2.2 ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA

O modelo burocrático surge como reação às distorções do patrimonialismo, especialmente à corrupção e ao favorecimento pessoal. Seu desenvolvimento está fortemente associado às ideias de Max Weber, que buscava um modelo racional e eficiente de organização administrativa.

A burocracia introduz uma série de mecanismos destinados a assegurar a impessoalidade, a previsibilidade e o controle das atividades estatais. Entre esses mecanismos destacam-se a formalização de procedimentos, a hierarquia administrativa, a divisão do trabalho e a seleção de servidores por mérito.

Diferentemente do senso comum, a burocracia não foi concebida como sinônimo de ineficiência, mas sim como um modelo racional que visa garantir a legalidade e a igualdade de tratamento.

Entretanto, com o passar do tempo, o excesso de formalismo e rigidez passou a gerar disfunções, como lentidão administrativa e dificuldade de adaptação às mudanças sociais.

Características da burocracia

Característica	Conteúdo
Legalidade	Atuação conforme a lei
Impessoalidade	Ausência de favorecimentos
Formalismo	Procedimentos padronizados
Hierarquia	Estrutura vertical
Meritocracia	Ingresso por concurso

Vantagens	Desvantagens
Combate à corrupção	Rigidez excessiva
Segurança jurídica	Lentidão
Padronização	Baixa flexibilidade

1.2.3 ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL

O modelo gerencial, também denominado Nova Gestão Pública, surge a partir da segunda metade do século XX, ganhando força no Brasil com a Reforma Administrativa de 1995.

Esse modelo busca superar as limitações da burocracia, especialmente sua rigidez, introduzindo práticas voltadas à eficiência, à inovação e ao foco em resultados.

A Administração passa a adotar uma lógica semelhante à da iniciativa privada, com ênfase em desempenho, qualidade dos serviços e satisfação do cidadão, que passa a ser visto como usuário dos serviços públicos.

Além disso, o modelo gerencial promove a descentralização administrativa, a flexibilização de procedimentos e a utilização de mecanismos de controle baseados em resultados, em substituição ao controle excessivo de meios.

1.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS ADMINISTRATIVOS

Modelo	Foco principal	Problema enfrentado	Solução proposta
Patrimonialista	Poder pessoal	Corrupção	Burocracia
Burocrático	Controle	Rigidez	Gerencialismo
Gerencial	Resultados	Ineficiência	Gestão por desempenho